

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)  
ALERJ

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. Permitida a cópia xerox. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

BENJAMIN, Iramaia Queiroz. *Iramaia Queiroz Benjamin (depoimento, 1999)*. Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 2001.

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre CPDOC/FGV e ALERJ. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**IRAMAIA QUEIROZ BENJAMIN  
(depoimento, 1999)**

### ***Ficha Técnica***

tipo de entrevista: temática

entrevistador(es): Américo Oscar Freire; Marieta de Moraes Ferreira

técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes

local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil

data: 05/11/1999

duração: 1h 55min

fitas cassete: 02

páginas: 23

Entrevista realizada pelo Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense, criado pelo convênio entre a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) e o CPDOC-FGV, em 1997. O Núcleo se constitui em um centro de produção intelectual e referência documental sobre a história política da cidade e do estado do Rio de Janeiro. Entre outros resultados, ele publica as entrevistas editadas na coleção "Conversando sobre Política".

Esta entrevista é a sua versão editada e publicada em livro: *Vozes da oposição: depoimentos de Lysaneas Maciel, Heloneida Studart, Modesto da Silveira, Iramaya de Queiroz Benjamin, Raymundo de Oliveira, Arlindenor Pedro de Souza, Francisco Amaral e Jó Rezende. Organizadores Marieta de Moraes Ferreira, Dora Rocha e Américo Freire.* Rio de Janeiro, Graflin Artes Gráficas e Editora, Alerj, 2001.

temas: Anistia Política, César Benjamin, Esquerda, Preso Político, Tortura

## *Sumário*

Não há sumário desta entrevista. Favor consultar diretamente o livro.

## **A mãe de família**

*Vamos conversar hoje aqui sobre sua trajetória, até começar a ter uma atividade política.*

Eu era uma pessoa doméstica, embora trabalhasse fora — trabalhei 30 anos como química no Ministério da Fazenda. Mas só saía de casa para o trabalho, do trabalho para casa, a tudo que o meu marido dizia eu respondia sim... Eu não tinha idéias próprias.

*Mas vamos começar do começo: quando nasceu, como era sua família, como foram seus estudos?*

Nasci em 24 de novembro de 1923. Minha família eram meu pai, minha mãe e cinco filhos. Eu era a segunda filha dessa irmandade e era tida como a boazinha. Minha irmã mais velha era a serelepe, tinha muitos namorados, mas eu ficava em casa tomando conta dos irmãos, ensinando, estudando com eles. Fiz o ginásio no Instituto de Educação, aqui no Rio. Naquele tempo o ginásio tinha cinco anos, e terminei em 1940. Também naquele tempo foi criada a Faculdade Nacional de Filosofia, e eles dispensaram do segundo ciclo quem quisesse fazer o vestibular para lá. Eu, que só tinha o primeiro ciclo, fiz e passei. E aí é que está: meu pai não deixou que eu fosse para a faculdade, estudar química, porque achava que moça tinha que ser professora. O que foi que eu fiz? Me matriculei nos dois cursos. Fui fazendo o primeiro ano do curso normal junto com o primeiro ano do curso de química. Mas quando começou o segundo ano, as professorandas foram chamadas para trabalhar, porque havia muita falta de professores. Eu, que fazia um curso pela manhã e outro à tarde, passei a trabalhar pela manhã e a ter o Instituto de Educação à tarde. Tive que trancar a matrícula na faculdade. Terminei os dois anos que faltavam do curso normal, e só depois disso foi que destranquei a matrícula na química.

*Como era o curso normal, o que se estudava lá de mais importante?*

Era um curso muito bom, com muita pedagogia, muita psicologia educacional, bons professores. Lourenço Filho dava psicologia educacional; Carlos Werneck, muito

bom professor, dava biologia... História, por exemplo, não havia no segundo ciclo, só no primeiro, e o professor, Mozart Monteiro, não era bom. Havia um livro adotado, e em cada aula ele mandava uma aluna se levantar, abrir o livro e ler, enquanto as outras acompanhavam. Para que a gente não dormisse, de vez em quando ele mudava a menina que estava lendo...

Mas o fato é que depois de formada no curso normal voltei para a faculdade. Eu trabalhava de manhã como professora, na Pavuna, e depois vinha para a FNFi, na antiga Casa d'Italia, ali na avenida Antônio Carlos. Era um sufoco, porque o curso primário onde eu dava aula era de sete e meia às 10 e meia da manhã — as escolas tinham três turnos —, e quando acabava eu saía correndo da Pavuna para a Antônio Carlos. Às vezes não dava tempo. Me lembro que uma vez, quando saí de casa, estava chovendo muito e tive que levar capa e guarda-chuva. Quando cheguei na faculdade, no meio do dia, a chuva já tinha passado e estava o maior sol. Cheguei no meio de uma aula, pedi licença e fui passando até chegar no meu lugar, cheia daquelas tralhas — capa molhada, guarda-chuva etc. O professor foi bastante maldoso, porque perguntou: “Está chovendo lá fora, dona Iramaya?” Respondi: “Quando eu saí de casa, às cinco e meia da manhã, estava.” Era assim. Muito sufoco, realmente.

Afinal me formei e fiz concurso para química do Ministério da Fazenda. E fui trabalhar na Alfândega, examinando mercadorias importadas. Naquele tempo se importava muita coisa, como até hoje. Fiquei na seção de tintas, óleos, vernizes, e depois pulei para outra seção, de borrachas e plásticos. Era um trabalho bom. Eu gostava, porque tinha uma sala só para mim, com a bancada de química, os reagentes, a minha mesa. Fazia o meu trabalho, não tinha ninguém para me amolar a paciência, e gostava bastante. Assim fiquei muito tempo.

### *Quando a senhora se casou?*

Eu me casei em 1947. Conheci meu marido em casa, porque ele era amigo do meu irmão. Era oficial do Exército. Meu irmão também tentou ser militar, mas não seguiu carreira. Depois meu marido resolveu fazer concurso para química, no IME. Nessa ocasião nós estávamos morando em Resende, onde ele era professor de topografia. Nós botávamos os garotos para dormir e íamos estudar química, para ele fazer o exame. Quando ele entrou para o IME, viemos morar naquele prédio bem alto, dos militares, na Praia Vermelha. Foi ali que o Cesinha nasceu.

*E os outros filhos?*

O Cid nasceu em 1948, em Recife. Aí eu perdi duas meninas, uma depois da outra, porque viemos para Resende, e os médicos do hospital militar, que era o único que havia, não souberam fazer os partos. Foi muito triste, mas resolvi que ia ter mais filhos. Eu queria ter muitos filhos, quando casei fazia a idéia de uma mesa comprida, com o pai na ponta e aquela carrada de filhos. Vim então para a casa do meu pai aqui no Rio, fiquei de repouso e consegui ter o Leo, em 1952. Cesinha é de 1954. Depois dele o médico me disse que não se responsabilizava por outra gravidez. Aí fomos morar na Raiz da Serra, naquela fábrica de pólvora Estrela, porque meu marido foi servir lá. Quando o Cid ficou em idade de ginásio, como não havia ginásio lá, viemos para o Rio. Cid entrou para o Colégio de Aplicação da UFRJ, e a nossa vida foi seguindo.

*Por que a senhora escolheu o CAp da UFRJ? Seu filho tinha direito, pelo fato de ser filho de militar que estava voltando para o Rio?*

Não tinha direito, não. Ele passou no exame de admissão. Escolhi o CAp porque sabia que era um bom colégio. Depois do Cid, o Leo e o César também foram para lá. Quando o Cid fez vestibular para engenharia, no final de 1966, princípio de 67, já começava aquela agitação dos estudantes, e ele fazia muita política estudantil. Embora estudasse na Escola de Engenharia, fazia política na Universidade Rural. Nessa época eu tinha um fusquinha, e assim que o Cid fez 18 anos tirou carteira e andava com o meu fusquinha para baixo e para cima.

*Seu marido não ficava preocupado com as atividades políticas do filho? Como ele via isso tudo?*

Quando os filhos, principalmente o Cid, que foi o primeiro, começaram a tomar atitudes políticas, meu marido ficou atônito, não sabia o que fizesse. Meu marido é vivo, está casado novamente, eu sou divorciada.

*Foi nessa época que a senhora foi estudar filosofia?*

Foi. Eu estava com 40 e poucos anos, achava que 40 anos eram o fim da picada, e então pensei: “Estou ficando velha, deixa eu melhorar o meu mundo, abrir novas janelas.” Fiz vestibular para filosofia no mesmo ano em que o Cid fez para engenharia. Iam lá para casa os colegas dele estudar, peguei os livros, estudei também, fiz o exame e passei.

*No IFCS, nessa época, também havia muita agitação estudantil. A senhora se envolveu com isso?*

Me envolvi. Nessa ocasião, o IFCS estava na rua Marquês de Olinda. Havia a casa principal e lá atrás tinha um outro prédio, onde funcionava a filosofia. Meus colegas tinham idade para ser meus filhos, e eu ficava um pouco ressabiada. Mas quando eles faziam as assembléias, no ano de 67, e eu achava que tinha alguma coisa de útil para dizer, pedia a palavra e falava. E aquilo me fazia muito bem. Fui crescendo politicamente. Além disso, um dia, eu disse ao Cid: “Cid, sai desse negócio de política estudantil, você vai ser preso, isso não é bom.” Ele disse: “Ah, a mãe acha bom que o governo dê mais verba para os estudantes, que a vida dos estudantes melhore, que os estudantes lutem pelo que querem, mas não o filhinho dela, não é?” Achei que ele tinha razão e não falei mais nada. Até que um dia ele foi preso — a primeira prisão do Cid foi no congresso de Ibiúna.<sup>1</sup> Com um filho preso, eu, que era muito doméstica, achei que as coisas tinham mudado de figura. Eu tinha que tomar alguma providência.

### **A mãe de presos políticos**

*O que aconteceu com Cid nessa prisão em Ibiúna?*

Ele ficou preso só uma semana. Já estava envolvido, mas os caras acharam que, como ele estava no começo do curso, era principiante. Não deram importância a ele e o soltaram. Mas chegou um momento, no final de 68 — quando veio o AI-5 —, em que o Cid saiu de casa e foi viver clandestino. De vez em quando, uma vez ou outra, ele ia em casa. E numa dessas vezes deixou junto do telefone uma lista de bancos com endereços.

---

<sup>1</sup> Em outubro de 1968 a UNE tentou realizar o seu XXX Congresso em Ibiúna, São Paulo, mas os estudantes que participavam do encontro foram presos. Com a edição do AI-5 em dezembro seguinte a onda repressora agravou-se, o que manteve a UNE e o movimento estudantil desarticulados por um longo tempo. Ver *DHBB*, op. cit.

Estavam assaltando bancos, saía nos jornais, e eu pensei: “Puxa, o Cid está nessa de assaltar banco...” Eu realmente me afligia. Tinha que me afligir, não é.

*Sua casa era vigiada?*

Era. Uma vez o Cid foi lá em casa, saí com ele, passamos por um homem gordo, com um outro do lado, e um disse para o outro: “É esse!” – e apontou o Cid. Quer dizer, tinha sempre alguém nos vigiando. Até que um dia, também o Cesinha resolveu sair de casa. Isso foi no princípio de 69, e o Cesinha nem tinha feito 15 anos. Era muito criança, mas lia Althusser, esses filósofos. Eu então disse ao Cid: “Veja se você fica junto com o César e toma conta dele, porque ele tem muito pouca idade.” Ele disse: “Se a mãe soubesse com quem eu ando, não me pedia isso...” Eu não podia nem contar com o Cid para cuidar do César.

Em setembro de 69, houve o seqüestro do embaixador americano.<sup>2</sup> Antes do seqüestro, um dia o Cid me ligou pedindo clorofórmio. Achei que eles, porque estavam lidando com arma de fogo, talvez tivessem se ferido e quisessem clorofórmio para alguma intervenção cirúrgica. Arranjei um litro, marquei com o Cid no cais do porto, onde eu trabalhava, na Alfândega, e encontrei com ele e com a Vera Sílvia. Ambos estavam muito agitados, alegres mesmo. Fui trabalhar e de tarde ouvi no rádio: “Seqüestrado o embaixador americano, com clorofórmio!” Pensei: “Pronto. Está aí o meu clorofórmio...” O Cid ficou muito contente com o sucesso da operação. Ligava para o laboratório, e nós conversávamos.

---

<sup>2</sup> O seqüestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick ocorreu em 4 de setembro de 1969. A ação foi planejada pela Dissidência da Guanabara, que solicitou a colaboração da Aliança Libertadora Nacional (ALN) para levá-la adiante. Participaram do seqüestro, pela ALN, Virgílio Gomes da Silva, que comandou a operação, e ainda Manoel Cyrillo de Oliveira Netto e Paulo de Tarso Venceslau. O embaixador ficou cativo numa casa alugada pelo jornalista Fernando Gabeira. Dentro da casa estavam, além dos já citados, Franklin Martins, Cid Benjamin e João Lopes Salgado. Gabeira fazia a ligação das pessoas da casa com o dirigente Cláudio Torres. Os seqüestradores exigiam, em troca da libertação do embaixador, a libertação de 15 presos políticos, com transferência assegurada para o exterior, e a veiculação de um manifesto nos jornais, redes de televisão e estações de rádio. As linhas gerais do manifesto foram elaboradas por Franklin Martins. O seqüestro, sem precedentes até então, pegou a Junta Militar que assumira após o impedimento do presidente Costa e Silva de surpresa, e embora o cativo tenha sido descoberto, não houve tentativa de invadi-lo para não arriscar a vida de Elbrick. Para a divulgação do manifesto, a Dissidência assumiu o nome de Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), organização anteriormente desmantelada pela repressão. As exigências foram atendidas e o embaixador foi libertado no dia 7 de setembro de 1969. Acabado o seqüestro, entretanto, o governo baixou medidas como as penas de morte e de prisão perpétua em tempos de paz e uma nova lei de segurança nacional. A maioria das pessoas que participaram da elaboração e execução do seqüestro foi presa. Virgílio foi morto após a prisão. Ver *DHBB*, op. cit., e Jacob Gorender, *Combate nas trevas* (5ª ed. São Paulo, Ática, 1998).



Poucos dias depois do seqüestro, o Cenimar foi lá em casa e revistou tudo. Virou a casa de pernas para o ar, uma coisa horrível! Até os travesseiros, eles sacudiram a paina, para ver se tinha alguma coisa dentro. Eu não estava em casa quando eles chegaram, estava na faculdade, mas o Leo, meu filho do meio, estava, e quando cheguei ele disse: “Ô mãe, não se assuste não, que já passou tudo.” E para os homens: “Cuidado! Minha mãe sofre do coração” — eu não sofria do coração, agora é que eu sofro. Fui tomando pé na situação aos poucos, porque eu não sabia o que os homens sabiam, mas sabia que o Cid estava no negócio do seqüestro. Eles disseram: “Lamentamos informar que seu filho é um dos seqüestradores.” Eu disse: “Hein?! Como?!” — fiz o maior teatro. Mas eu era mulher de coronel. Se bem que meu marido já tinha saído do Exército, tinha se aposentado. Como era químico, estava procurando emprego e na ocasião tinha ido para São Paulo, para ver um trabalho lá. O Cid acabou sendo preso em abril de 1970. Em junho foi trocado pelo embaixador alemão e foi banido.<sup>3</sup>

#### *Como foi a prisão do César?*

Um dia, já em 1971, nós recebemos um telefonema dos amigos do César dizendo que ele tinha sido preso, provavelmente na Bahia. Fui imediatamente para lá. O comandante da 6ª Região Militar, na Bahia, era o Nilton Cerqueira.<sup>4</sup> Cheguei lá e disse: “Estou procurando o meu filho que foi preso aqui na Bahia, César Benjamin.” Eles disseram: “Ah, a senhora é a mãe do César? Que interessante! Nós não sabemos se o César foi preso, não temos a menor notícia.” Eu estava sabendo que o Cerqueira, como diziam os meninos com quem o César mais tarde ficou preso num presídio de menores infratores, na verdade estava “de pantô” — era “pantomima”, mas eles abreviavam. Eu sabia disso mas insistia, insistia, até que um dia o Cerqueira me disse: “Onde está o seu

<sup>3</sup> O seqüestro do embaixador Ehrenfried von Holleben, da Alemanha Ocidental, foi organizado pela ALN e a VAR-Palmares, e realizado em 11 de junho de 1970. As exigências nesse caso foram a divulgação de um manifesto e a libertação de 40 prisioneiros políticos, ambas atendidas. Entre os libertados por exigência dos seqüestradores estavam pessoas que tinham participado do seqüestro do embaixador Elbrick. Idem *ibidem*.

<sup>4</sup> O então major Nilton Cerqueira comandava o Doi-Codi de Salvador em 1971 e nesse posto chefiou a Operação Pajuçara, que matou Carlos Lamarca, líder da VPR e ex-capitão do Exército. Em 1981, comandava a Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro quando ocorreu a explosão de uma bomba no estacionamento do Riocentro, onde se realizava uma festa em comemoração do Dia do Trabalho. Foi eleito deputado federal pelo Partido Progressista (PP) em 1994, mas em maio de 1995 assumiu a Secretaria de Segurança do governo Marcello Alencar (1995-1998). Voltou a candidatar-se em 1998, pelo PSDB, e obteve uma suplência. Ver *DHBB*, op. cit.

marido?” Respondi: “Meu marido ficou no Rio porque está trabalhando, mas se o senhor quiser, eu chamo, e ele vem aqui.” Ele disse: “Pois chame.” Chamei, e o Ney foi lá. Aí é que eu vi que os militares estavam ganhando tempo, porque eles estavam, primeiro, torturando o César, segundo, esperando que as marcas da tortura desaparecessem, e terceiro, enviando o César aqui para o Rio. Afinal o Cerqueira disse: “O César foi preso aqui, mas já foi para o Rio.”

Acontece que o chefe da Polícia Federal em Salvador tinha sido da turma do Ney na Escola Militar e tinha até nos emprestado um carro da Polícia Federal para nós andarmos por Salvador procurando o César. Vejam só: nós andávamos no carro da Polícia Federal procurando o César, que tinha sido preso pela Polícia Federal... Quando o Cerqueira disse que já tinha enviado o César para o Rio, nós fomos devolver o carro do Luís Artur e nos despedir. Ele aí disse: “Ah, o Cerqueira já disse que o César foi preso? Então eu também posso falar. O César foi para Rio, e tem até muitos retratos aqui que nós tiramos dele, vocês querem ver?” Mostrou um bolo de retratos. O César, coitadinho, estava um lixo, magérrimo, com os olhos encovados, com o cabelo preto — ele é louro, mas tinha pintado o cabelo de preto para não ser reconhecido...

O Ney roubou um daqueles retratos, e nós voltamos para o Rio para procurar o César aqui. Íamos ao Ministério da Guerra, e lá diziam que não sabiam dele, que não tinham nenhuma notícia. Eu então peguei o tal retrato, tirei uma cópia, voltei ao Ministério da Guerra e disse: “O César foi preso, e está aqui a prova: o retrato dele e, atrás, o carimbo da Polícia Federal de Salvador e a data.” O homem pegou o retrato, foi lá para dentro do serviço de inteligência e depois de algum tempo voltou dizendo: “É, nós não podemos mais negar. O César está preso.” Eu disse: “Bom, então a gente quer vê-lo.” Aí foi outra luta, até que afinal nós vimos o César, no Regimento de Artilharia na Vila Militar. O César foi preso em 31 de agosto de 1971, e isso foi no final de setembro. Passamos então a ter direito de visita, eu, o Ney e o Leo. O comandante, coronel Melo Matos, beijava a minha mão feito um cavalheiro, mas saía dali e ia torturar o César. E eu não sabia o que fazer, porque no final das contas ele tinha o meu filho nas mãos, e naquele tempo se matava muito.

*Quando vocês passaram a ver o César na Vila Militar, ele já estava melhor?*

Melhor fisicamente? Mais ou menos. Porque a pressão psicológica era muito forte em cima dele. Mesmo que a tortura não existisse mais, no fundo existia — por

exemplo, eles passavam e encostavam o cigarro aceso no braço dele; ele ficava nu dentro da sala, a Vila Militar era muito fria, um soldado passava e jogava um balde de água fria em cima dele... Isso tudo vai minando, não é.

Como o César era menor de idade, o advogado recorreu ao juiz de menores. Ele tinha que ser entregue ao juiz de menores, mas os militares não entregaram. Disseram que não entregavam e pronto. Ainda por cima, houve dois psiquiatras do Exército que examinaram, teoricamente, o César e acharam que a idade mental dele era de 35 anos, embora ele tivesse 15. Então ele podia ser julgado como se fosse um adulto! Ele ficou preso cinco anos, sendo que três anos e meio na solitária, só com a visita da gente uma vez por semana. Só tiraram o César do isolamento porque eu dei um escândalo no Ministério da Guerra, porque fiquei com medo que ele ficasse lelé da cuca. O César fazia trabalhos em couro e um dia me entregou uma pasta toda pintada de preto, com um passarinho no alto, voando. Pensei: “O César está mal.” Levei a pasta para o Hélio Pellegrino interpretar, e o Pellegrino disse: “É, ele está extravasando alguma coisa através desse passarinho.”

Fui então ao Ministério da Guerra e pedi para falar com o general Leônidas Pires Gonçalves, que era chefe do Estado-Maior do I Exército. O general Leônidas disse que não ia me receber. Sentei na sala de espera e disse ao ajudante-de-ordens que ia ficar ali esperando que o general saísse e que então eu ia falar com ele, porque eu queria tirar o César do isolamento. Aí, chegou um homem e também disse que queria falar com o general Leônidas. O ajudante-de-ordens perguntou qual era o assunto, o homem disse que estava fazendo cartões de natal para o general e queria saber qual o tamanho do cartão que ele queria. E o general mandou o homem entrar. Quer dizer, eu, que queria tirar o meu filho do isolamento, o general não recebia, e o homem que queria falar sobre tamanho de cartão de natal, o general recebia? Fui atrás do homem e aprontei o maior escândalo. O coitado do ajudante-de-ordens era um sujeito franzino e ficava pulando num pé e no outro: “Não faça isso, ele é um general!” Eu dizia: “Que me importa que ele seja um general!” Eu, que era uma pessoa calma, boazinha, que estava sempre concordando com os outros, por causa dos meus filhos, eu realmente mudei. Vi que a vida não era aquilo não, a vida era outra coisa.

*A senhora esteve afinal com o general Leônidas?*

Não. O general não me recebeu. Quem me recebeu foi um coronel, que me deu cafezinho, perguntou pelo Cid, que àquela altura estava no Chile... Mas dali a uns 10 dias tiraram o César do isolamento e o mandaram para o Muniz Sodré. Os meninos que estavam presos lá, coitados, eram assassinos, criminosos sem nenhum escrúpulo, mas eram seres humanos, com quem o César podia conversar. Ele começou a dar aulas para os meninos, e um dia, estava dando uma aula de matemática com a porta fechada, passou da hora do jantar, e ele não notou. Como o César e aqueles outros não apareceram para o jantar, acharam que eles tinham fugido, soou a sirene, foi aquele corre-corre. Até que abriram a porta da sala e o César estava no quadro-negro. Afinal ele conseguiu ser transferido para junto dos outros presos políticos, que era o lugar dele.

*Quanto tempo ele ficou nesse presídio para menores infratores?*

Um ano. Enquanto isso, nós aqui — nós que eu digo sou eu mesma, não é — e o Cid, que já estava na Suécia, através da Anistia Internacional, fazíamos campanha pela soltura dele, uma vez que a prisão era ilegal.

*Chegou a haver processo no caso do César?*

O César teve seis processos! O processo ia andando, andando, chegava no julgamento, o César era julgado inimputável, porque era menor de idade, e aquele processo era anulado. Mas aí o promotor recorria, e subia para a instância superior. Foi assim, até que o processo que estava mais adiantado chegou ao Supremo Tribunal Federal. E o Supremo declarou o César inimputável. Então o César tinha que ser solto! Não havia mais apelação! Mas os militares disseram que o Supremo tinha declarado o César inimputável só num processo, e faltavam os outros. Como se o César fosse duas ou três pessoas...

Mas a situação foi se tornando insustentável para os militares conservarem o César preso. A Anistia Internacional, que funciona mandando cartas e cartões, telegramas para os dirigentes, bombardeava o Geisel, até que um dia o nosso advogado me chamou e disse: “Dona Iramaya, uma bomba! Fui chamado a Brasília e fui informado de que o César vai ser solto e vai para a Suécia. E o general Geisel exige que ele seja solto com segurança, porque o Cenimar avisou que vai interceptar o cortejo que vai levá-lo para o aeroporto e vai matá-lo.” Recebi essa notícia e marquei a viagem para

o domingo, que era o dia que tinha vôo da SAS, porque a SAS é uma companhia escandinava, e o avião já é solo escandinavo: uma vez entrando no avião, o César já estaria livre.

Nesse momento comecei a ir muito à Polícia Federal aqui, para me entender com o chefe da Polícia Federal, e ele estava achando que o Ney era uma personalidade muito importante, porque o Geisel tinha mandado soltar o César... Um dia cheguei na sala dele e fiquei esperando na porta, porque o homem estava em pé, falando no telefone. Ele dizia assim: “Sim, senhor presidente. Sim, senhor presidente.” Acabou, botou o fone no gancho, virou-se para mim e disse: “Era o presidente Geisel! Ele exige que o César seja solto com segurança.” Achando que o Ney era importantíssimo...

*Como foi a saída do César?*

Foram lá no domingo, embrulharam o César num tapete, botaram no fundo de uma caminhonete Veraneio, e foram cinco caminhonetes com polícias, metralhadoras e tal. Aquele foi um dia, para nós, inesquecível, porque foi uma coisa de filme, uma coisa horrível. Afinal, o César entrou no avião e foi embora. Aí eu fiquei pensando: “Agora eu acho que vou poder descansar, porque os dois já estão lá fora.” Isso foi em setembro de 1976.

*Nesse período, com todos esses problemas, a senhora chegou a se formar em filosofia?*

Me formei. E isso foi muito bom para mim, porque eu me formei em 1970, o César foi preso em 71, e eu então comecei a levar para ele coisas que estavam frescas na minha cabeça. Os militares não deixavam entrar qualquer coisa que se quisesse levar. Por exemplo, *O pequeno príncipe* não entrou. “No *Pequeno príncipe*”, o general me explicou, “o César vai poder ler nas entrelinhas, e isso não pode”... Sabem o que eu fiz? Peguei um livro do Althusser, *Análise crítica da teoria marxista* — hoje em dia esse livro foi reeditado com outro nome, *Em favor de Marx* —, cheguei lá para o major que fazia a censura dos livros e disse: “Olha, major, o César, como o senhor sabe, tem muito pouca idade e até agora só leu coisas a favor do marxismo; então eu trouxe este livro, que tem críticas ao marxismo.” O livro entrou! Outra história foi com aquele *Sobre a contradição*, de Mao Tsé-tung: tirei Mao Tsé-tung, botei Gustavo Corção, levei e entrou. O César conhecia o *Sobre a contradição*, era um texto muito conhecido naquela

época, olhou e disse: “Ah, a mãe trouxe Gustavo Corção. Sim...” A gente, por dentro, ficava rindo. Não podia falar, porque em todas as visitas tinha um tenente tomando nota de tudo que se dizia. Ainda tinham a desfaçatez de dizer: “Fala mais devagar, que é para eu poder escrever...” Ai, meu Deus, no meio de tudo tinha coisas assim, engraçadas.

Houve uma coisa muito engraçada, que foi o seguinte: quando eu encontrava com o César nas auditorias, aí a gente podia falar, porque não tinha o tal do tenente tomando nota. Uma vez o César me pediu: “Mãe, dá um jeito de fazer uma tinta invisível para a gente se comunicar.” Fui procurar lá nos alfarrábios de química a fórmula de uma tinta invisível, achei, e fiz a tinta. Aí tinha o problema de fazer a tinta chegar até o César. Essa tinta funcionava da seguinte maneira: a gente molhava uma caneta, de preferência aquelas canetas antigas que tinham pena, escrevia o que queria, e ficava invisível. Aí, passava por cima de uma coisa quente, e o calor fazia aparecer o que estava escrito. Comprei um vidro de desodorante líquido, joguei fora o desodorante, botei a tinta e levei para o César. Nessa altura, ele já tinha direito a banho de sol, e eu disse: “Olha, César, eu trouxe esse desodorante...” Levei também uma lâmpada de cabeceira, que era para ele poder esquentar o que estava escrito, e expliquei para os militares: “O César gosta muito de ler deitado na cama, então eu trouxe essa lâmpada de cabeceira e tal.” Na hora fiquei numa bananosa para explicar para o próprio César que o desodorante não era desodorante, era a tinta, mas como eu já tinha dito a ele numa auditoria que ia fazer a troca, fiquei tranqüila. Acontece que naquela confusão de auditoria, com muita gente querendo falar com ele, ele não entendeu o que eu disse e passou a usar aquele negócio como desodorante mesmo, quando ia para o sol fazer ginástica. Numa outra auditoria, ele me perguntou: “Mãe, que desodorante é esse que me deixa com as axilas pretas?”

*Durante esse período a senhora teve problemas no trabalho?*

Ah, sim, eles começaram a me perseguir. Eu era funcionária federal por concurso e trabalhava como química, mas veio a notícia de que eu estava transferida para o Conselho Interministerial de Preços, o CIP, para fazer trabalho de economista. Eu não sei nada de economia e nem quero saber, mas tive que ir, porque disseram: “Ou a senhora vai, ou vai ser transferida para o Acre.” O que é que eu ia fazer no Acre? O César ainda estava preso nessa ocasião, e eu não podia sair do Rio, porque levava coisas, comida para ele, estava fazendo campanha para ele ser solto... Depois, quando

comecei a fazer a campanha pela anistia, eles espalharam pelas universidades um panfleto que dizia assim: “Cuidado! Ela está de volta! O abutre,” — era assim que me chamavam — “que já mandou os filhos para a desgraça, quer mandar mais jovens ainda...” Distribuíaam pelos estudantes. Vejam só...

*Como a senhora viu o caso da Zuzu Angel? O acidente que a matou?*

Sempre achei que aquilo foi um desastre criminoso. Um dia, ela tinha estacionado o carro ao lado da loja dela, e quando foi embora para casa tinha um homem embaixo do carro, mexendo em qualquer coisa. Logo depois, ela teve aquele desastre. Comigo também, mexeram no meu carro. Eu estacionava perto da minha casa e tinha que dar um pouquinho a ré para tirar o carro da vaga e depois sair. Botei no ponto morto, botei na ré, apertei o acelerador, tornei a botar no ponto morto para botar na primeira para sair em frente, mas aí o arame que segurava o pedal do acelerador tinha sido cortado, e quando eu tirei o pé, o pedal ficou lá embaixo. O carro estava acelerado, e *vum*, saiu. Felizmente, não sofri nada. Mas acho que deve ter havido alguma coisa. Não sei.

### **O Comitê Brasileiro pela Anistia**

*Depois de ver os filhos em segurança a senhora foi batalhar pela anistia. Como foi esse processo?*

Em maio de 1977, os estudantes da PUC formaram um comitê pela anistia, mas esse comitê não foi avante. Procurei o Movimento Feminino pela Anistia, mas também não me ajustei, porque ele era dirigido pela dona Teresinha Zerbini, que era muito autoritária. Resolvi então formar o Comitê Brasileiro pela Anistia. Procurei amigos, advogados, professores, estudantes, toda espécie de gente, mulher, homem, tudo, e formamos o comitê, que foi lançado numa solenidade na ABI. Convidamos o general Peri Beviláqua para fazer uma palestra sobre a anistia porque eu o conhecia, e ele era um homem justo. Ele fez a palestra, e foi tudo muito bom. Aí a campanha pela anistia começou a tomar vulto. Porque nós, do comitê, não éramos fáceis, saíamos para as ruas. Fizemos aqueles plásticos com os dizeres *Anistia ampla, geral e irrestrita* e ficávamos nos cruzamentos dando para as pessoas botarem nos carros.

*Quem formava o núcleo inicial do comitê? Havia uma diretoria?*

Sim. A primeira presidente escolhida foi Eli Raimundo Moreira, porque ela era advogada de presos políticos, e achou-se que isso daria mais importância ao comitê. Eu fiquei sendo a vice-presidente. Mas a dra. Eli tinha um problema numa perna, precisou ir a São Paulo para se operar, e eu assumi a presidência. Quando ela voltou, ficou sendo presidente novamente, mas não fazia quase nada, na prática quem fazia mesmo era eu. Depois houve uma outra eleição dentro do comitê, para um segundo período, e aí fui eleita presidente. De modo que, realmente, eu fui a presidente do comitê.

Faziam parte também do grupo inicial do CBA um casal de advogados, Artur Miller e Ana Miller; uma outra advogada, Abigail Paranhos; uma professora, Josefa Dauster... Havia muita família de preso político. Começamos a nos reunir naquele casarão do Morro da Viúva, que era a Casa do Estudante Universitário, CEU, e o comitê começou a crescer muito, muito mesmo. Nós tínhamos um livro grande onde as pessoas assinavam a sua inscrição, e esse livro chegou a ter 460 nomes.

*As pessoas pagavam uma taxa para manter o comitê?*

Pagavam o que podiam. Nós não fazíamos questão de pagamento. Quando tínhamos que fazer panfletos, passávamos o chapéu. Fazíamos tudo com muito pouco dinheiro. Por exemplo, precisávamos de uma sede; então, o escritório da Abigail e do Artur Miller, que trabalhavam juntos, funcionava como nossa sede. Em 1978 houve eleições, o José Eudes tinha um escritório eleitoral ali perto da Cinelândia, foi eleito e passou para nós aquela sede — quer dizer, ele deixou de pagar o aluguel, e nós é que tínhamos que pagar dali em diante. Para pagar a sede, que era baratinha, nós também passávamos o chapéu.

*E as seções do resto do país?*

Nós lançamos o nosso comitê em fevereiro de 1978; em março, São Paulo fez o deles. Só que tem que aqui no Rio o nosso comitê era à base de pessoas, e em São Paulo era à base de entidades – foram os sindicatos que se reuniram para formar o comitê lá. E assim cada estado foi formando o seu, a princípio independentemente, como um rastilho



de pólvora. Corria a notícia: “Estão fazendo comitês de anistia no Rio de Janeiro, em São Paulo...” Cada estado queria fazer o seu também. E nós éramos chamados para ir explicar como tínhamos feito o nosso.

*A participação dos sindicatos no Rio também foi significativa?*

Cada sindicato tinha o seu comitê pela anistia. Os médicos, por exemplo: o Sindicato dos Médicos tinha o seu comitê, o Hospital Miguel Couto tinha o seu comitê... As pessoas que podiam faziam o seu comitê.

*Vocês tinham um estatuto?*

Tínhamos. Além desse livro de adesões, tínhamos o estatuto e outros documentos. Logo que fizemos o estatuto, nós o registramos num cartório de entidades civis, para a polícia não achar que éramos clandestinos. Ficou uma coisa legal. Fazíamos passeatas, coisa que naquele tempo ninguém fazia...

*E quais eram as principais bandeiras?*

Primeiro, anistia ampla, geral e irrestrita; segundo, fim da Lei de Segurança Nacional; terceiro, direito de passaporte para os exilados; quarto, direito de registro civil para os filhos dos exilados — as crianças não tinham direito ao registro e portanto não existiam, eram apátridas. Nós fizemos, por exemplo, uma ação no Itamarati, ali na rua Marechal Floriano, com bandeiras, faixas etc., exigindo que o Itamarati desse não só registro, mas passaporte para os filhos dos exilados poderem vir ao Brasil conhecer as suas famílias. Também pedíamos a supressão daquele atestado de ideologia política. Fazíamos muita coisa mesmo.

*Pelo que a senhora diz, inicialmente a organização dos comitês foi mais espontânea. Depois criou-se uma estrutura mais orgânica?*

Sim. Quando o CBA começou a crescer, nós organizamos comissões: comissão de presos, constituída por advogados, para tratar dos direitos dos presos; comissão de exilados, para tratar dos interesses dos exilados... Fizemos uma cartilha do exilado

brasileiro, mostrando a que eles tinham direito, o que podiam fazer, o que não podiam. Havia também a comissão de finanças, que tratava de recolher fundos; a comissão de mortos e desaparecidos, encarregada de fazer o levantamento dos que estavam nessa situação; a comissão de divulgação, encarregada de procurar os jornalistas. Foi um negócio bem organizado. Foi uma luta apartidária, porque nós não admitíamos questões partidárias. E foi muito bonito, porque nós nos empenhamos, não só com as forças físicas, mas também com as forças da alma e do coração. Foi uma coisa muito boa.

No princípio de 1979, Figueiredo tomou posse dizendo que não admitia que se falasse em anistia. Mas a campanha foi num tal crescendo, não só aqui como no exterior, que já em julho ele foi obrigado a enviar ao Congresso uma lei de anistia — segundo as leis dos militares, só o governo militar é que podia mandar uma lei de anistia para o Congresso. O Congresso estava de férias, e ainda tivemos que esperar um mês para que os congressistas voltassem. Afinal, em 28 de agosto, a lei foi aprovada.<sup>5</sup>

Já que estou falando nisso, a lei da anistia foi muito mal feita, porque militar não sabe fazer lei. Assim que a lei saiu, ninguém sabia a quem ela beneficiaria. Por exemplo, a primeira notícia foi que quem tivesse feito luta armada não seria anistiado. Mas o texto dizia assim: esta lei não atinge os que foram *condenados* por ações armadas. Acontece que uma pessoa só é considerada condenada depois que todas as apelações chegaram ao fim, ou seja, depois que chegaram ao Supremo Tribunal Federal. Mas os processos dos banidos, por exemplo, tinham parado, não tinham ido ao Supremo. E os dos outros também não: não houve ninguém cujo processo chegasse ao Supremo. Então, foram todos anistiados.

*O governo jogava com a possibilidade de uma anistia parcial, e houve alguns setores que se encantaram com essa proposta. Havia divisões no CBA em relação a isso?*

Não. O governo realmente tentou fazer uma anistia parcial, tanto é que achou que essa lei que ele fez era parcial, mas não era. É que eles não conheciam a

---

<sup>5</sup> A lei de anistia, Lei nº 6.683, foi aprovada pela Câmara dos Deputados em 26 de agosto e sancionada em 28 de agosto de 1979. A proposta, enviada pelo presidente da República e modificada pelo deputado Ernâni Sátiro (Arena-PB), atingia pessoas punidas pela ditadura até 15 de agosto de 1979. No entanto, segundo a revista *Veja* (nº 573, 29 de agosto de 1979), a anistia concedida pelo governo Figueiredo (a 48ª da história do Brasil) não foi nem “ampla, pois não beneficia terroristas presos, nem geral, porque distingue entre os crimes perdoados, nem irrestrita, porque não devolve aos punidos os cargos e patentes perdidos”. O depoimento de Modesto da Silveira, neste volume, menciona os instrumentos que posteriormente ampliaram a anistia concedida em 1979.

jurisprudência. O que aconteceu também foi o seguinte: naquele sufoco da ditadura, muita gente que era perseguida saía do país. Teve muita gente que saiu do país e que não tinha processo aqui. Legalmente, eles não podiam ser presos. *Legalmente*. Eu, por exemplo, fui seis vezes ao exterior para ver o Cid — duas vezes ao Chile, uma vez ao México e três à Suécia —, chegava lá e encontrava aquela cambada de gente que não tinha processo mas tinha medo de voltar. Está certo, eles eram perseguidos aqui, mas eu também era perseguida, muita gente era perseguida e estava aqui, enfrentando a ditadura. Então, eu dizia a eles: “Vocês têm mais é que voltar, para nos ajudar. Nós estamos lá, no sufoco da ditadura. Voltem vocês também, porque vocês não têm processo.” Até houve uma moça, que falava com a voz impostada, que disse assim: “Iramaya, você me garante que se eu voltar não serei presa?” Eu disse: “Eu não garanto nem a mim, que fará aos outros! Você tem que voltar porque tem que voltar, uai!”

Dentro do comitê, não só do Rio como de São Paulo, havia duas correntes diferentes. Houve um congresso pela anistia em São Paulo, e ficaram claras essas duas posições: uma dizia que os comitês de anistia do Brasil deviam lançar a palavra de ordem “Voltem os que não têm processo!”; a outra achava que não se devia fazer isso, porque senão nós íamos dividir: “Voltavam os que não tinham processo, e ficavam os pobres coitados que tinham?” Eu não achava isso, não. Eu achava o seguinte: nós não estávamos aqui no sufoco? Por que os outros não podiam ficar no sufoco também? É certo que eles estariam se arriscando. Mas nós também estávamos! Todos nós de esquerda estávamos nos arriscando. Por que é que eles iam ficar lá, esperando que a gente lutasse por eles e conseguisse a anistia? Eu não achava isso direito. Mas a minha posição foi derrotada. Acharam que a palavra de ordem “Voltem os que não têm processo” ia dividir os comitês.

*O CBA não sofria mesmo nenhuma influência partidária nesse momento? PC, MDB?*

Não sofria nenhuma interferência. Por exemplo, o Raymundo de Oliveira era partidário, foi candidato, foi eleito, o José Eudes também, os dois eram inscritos no tal livro de registros, mas quase não iam ao comitê, não participavam. Agora, no finzinho da campanha, quando a gente estava vendo que a anistia ia sair, muitos políticos resolveram entrar no barco, para se beneficiar eleitoralmente. Eu não estou falando do

Raymundo nem do Eudes, não. Estou falando, por exemplo, do Teotônio Vilela.<sup>6</sup> Desse eu falo. Por quê? Porque quando o Teotônio, que já morreu, viu que a anistia ia sair, começou a freqüentar os presídios. Eu achava aquilo muito errado.

*Ele acabou virando um símbolo da anistia.*

Pois é. Porque ele era um senador, de uma maneira ou de outra tinha poder, nem que fosse o poder da própria palavra. Mas nunca fez nada, até que o movimento da anistia chegou àquele ponto.

*Ainda que a anistia não tivesse coloração partidária, vocês contavam com o apoio de parlamentares?*

Os parlamentares ficavam lá em Brasília, e havia dificuldade de contactá-los.

*Mas não havia um comitê em Brasília?*

Havia, chefiado por Sepúlveda Pertence, que foi presidente do Supremo. Sepúlveda teve um comportamento exemplar. Foi um grande presidente do comitê de Brasília. No Maranhão, tivemos o Haroldo Sabóia, que agora é deputado. Muito bom. Isso sem falar no Luís Eduardo Greenhalgh, um grande militante de São Paulo. No Ceará, também, tivemos a Maria Luísa Fontenelle... Foram muito importantes os comitês do Rio Grande do Sul, de Mato Grosso... Houve comitês pelo Brasil todo. Foi uma luta muito grande e muito bonita, mesmo porque foi coletiva.

---

<sup>6</sup> Teotônio Vilela, político alagoano, apoiou a deposição de Goulart em 31 de março de 1964, por acreditar que o presidente estava golpeando as instituições democráticas, e no ano seguinte filiou-se à Arena, o partido governista. Em 1966 e 1974 elegeu-se senador e pouco a pouco passou a atacar as medidas de exceção e a postura passiva de seu partido frente ao governo. Começou também a viajar pelo país, fazendo conferências e defendendo a abertura política, e recebeu a alcunha de “Peregrino da Democracia”. Resumiu suas propostas de democratização e ampla liberdade política, inclusive de anistia geral, associada a políticas econômicas, no “Projeto Brasil”, redigido juntamente com Rafael de Almeida Magalhães e apresentado ao Senado e à imprensa em 5 de abril de 1978. No mesmo ano aderiu à Frente Nacional de Redemocratização, do MDB, que apoiava a candidatura de Euler Bentes Monteiro à presidência. Em 1979, já no governo Figueiredo, filiou-se ao MDB e tornou-se presidente de uma comissão mista que analisava a proposta de anistia do governo. Nesse período fez diversas visitas a presos políticos pelo país e apresentou um substitutivo ao projeto do governo, redigido com a ajuda de juristas e de Rafael de Almeida Magalhães. O projeto governamental seria afinal aprovado com modificações em 28 de agosto de 1979. Ver *DHBB*, op. cit.

*Voltando a Brasília: os parlamentares, então, não ajudaram vocês na luta pela anistia?*

A nossa luta não dependia dos parlamentares. Por exemplo, eles poderiam ter nos ajudado com dinheiro, porque nós tínhamos necessidade, os panfletos eram caros, e os comerciantes das gráficas eram comerciantes. Mas eles nunca nos deram dinheiro. O Eudes tinha um escritório eleitoral, como eu disse, na Cinelândia, que era alugado pelo engenheiro Artur César Obino. O Obino, que é de família rica, que dispunha de dinheiro, pagava esse escritório para o Eudes fazer a campanha política dele. Uma vez o Eudes eleito deputado, esse escritório passou para nós, mas aí o Obino deixou de pagar, e passamos a pagar nós mesmos. Não sei se eu falo demais, mas esses parlamentares que ficam querendo se aproveitar do trabalho feito por nós, militantes pela anistia, para tirar casquinha, isso eu acho o fim da picada.

Vocês conhecem o Cunca?<sup>7</sup> Pois é. O Cunca, com aquela altura e aquele vozeirão, era quem puxava as passeatas. Ele dava o que podia pelo comitê. Conhecem o Sidão?<sup>8</sup> Também. O Sidão ia na frente. Era uma beleza mesmo. Nós, militantes do comitê, não éramos sopa, não éramos mole, não. Uma vez, estávamos na Cinelândia fazendo comício, fazendo agitação, quando veio o camburão da polícia com o brucutu, aquele jato d'água. Demos os braços, enfrentando o brucutu, tinha lá um repórter que tirou uma foto, e nós saímos na capa do *Newsweek*. Foi a glória! Outra vez também, nós estávamos na Cinelândia, chegou um camburão, e um dos polícias disse: “Se eu fosse a senhora saía daqui, porque isso é perigoso, não sei o quê...” Aí nós dissemos: “Nós só vamos sair daqui em duas hipóteses: ou o senhor traz uma ordem do juiz ou o senhor nos leva à força, porque fora disso, a gente não sai.” Começamos a dar panfletos para eles, e eles foram embora. Nós não éramos fáceis. Éramos um exército de Brancaleone.

*A senhora chegou a ir a Brasília quando a lei da anistia foi aprovada?*

Nós fomos antes. Assim que a lei foi para o Congresso, nós fomos lá, não só o pessoal daqui do Rio como o pessoal de São Paulo. Todo mundo que podia foi, e eu fui também. Aliás, antes disso, antes de a lei da anistia ser feita, nós queríamos que o Congresso fizesse uma comissão parlamentar de inquérito para investigar as torturas nos

---

<sup>7</sup> Pedro Cláudio Bocayuva Cunha.

<sup>8</sup> Sidney Lianza.

presos políticos, e o MDB não teve coragem. Mas quando a lei chegou ao Congresso, nós sabíamos que ela ia ser aprovada, porque o Congresso aprovava tudo o que o Executivo queria. Quem nos ajudou muito, justiça seja feita, foi o senador Brossard. Na verdade, ele ajudou mais na campanha pelo César. Porque quando o processo do César foi ser julgado no Supremo, eu o procurei, e ele fez notas para os jornais. O que nós pedíamos para os jornais publicarem, eles não publicavam, mas sendo via Brossard, que era senador, eles publicavam. Notinhas pequenas. A maioria dos jornalistas tinha medo de falar no caso do César. Eles me aconselhavam: “A senhora não deve fazer essa campanha pelo seu filho, porque isso é muito perigoso...”

### **Da anistia ao Tortura Nunca Mais**

*Uma vez aprovada a lei da anistia, como foi a volta dos exilados?*

A volta foi uma alegria! Ainda antes de a lei ser aprovada — porque ela ficou no Congresso esperando que as férias de um mês dos parlamentares acabassem — os mais apressados começaram a voltar. Eles avisavam que iam chegar no dia tal, vôo tal, nós íamos para o aeroporto, com medo que a repressão os pegasse, e fazíamos aquela arruaça, com bumbo, matraca, faixas e bandeiras. Até que a lei foi aprovada. Aí, o Gabeira foi o primeiro exilado que voltou — ele tem uma prima, a Leda Nagle, que é jornalista e o avisou logo —, e o segundo foi o Cid. O comitê ia ao aeroporto, e era uma beleza. Às vezes os vôos atrasavam, e a gente ficava no aeroporto esperando; não tinha lugar para sentar, sentava no chão, passava a noite, dormia sentado... Tem um pessoal do comitê que gosta muito de mim, porque eu tenho idade para ser mãe deles, e até hoje eles lembram que eu dizia: “Todo mundo no aeroporto! Temos que receber os exilados!” E eles iam de qualquer maneira, estivessem cansados ou não.

No aeroporto, quem espera fica do lado de fora da vidraça, e os que chegam ficam lá dentro, mas, como eu era funcionária da Alfândega, eu conseguia entrar, para dar mais segurança ao pessoal que estava chegando. Eu explicava para os caras da Alfândega: “Eu sou colega de vocês, trabalho na praça Mauá.” Mas depois eles começaram a me marcar e me ameaçaram: “Olha, se a senhora aparecer aqui mais uma vez, vai ser submetida a processo administrativo.” Aí eu deixei de entrar.

*Depois que todos chegaram, a senhora se lembra daquele “verão da anistia”?*

Pois é. Eu até processei aquele jornalista, Wagner Carelli, da *IstoÉ*. Ele era de São Paulo e foi designado para vir ao Rio fazer uma matéria sobre o primeiro verão dos exilados. Saíram duas matérias desse tipo. Uma dizia que os exilados estavam fazendo aquela festa, que iam ao Clube do Samba sambar, e tal... Coitados dos exilados, o Cid passou 10 anos sem sambar! Eles tinham todo o direito de fazer aquilo. Esse Wagner Carelli também fez uma matéria dizendo que os exilados só viviam sambando, que estavam sempre no Posto 9, que o Gabeira usava tanga de crochê, e que “até a dona Iramaya, com mais de 60 anos” — nesse tempo eu tinha uns cinqüenta e tantos, fiquei pê da vida — “lançava olhares para os rapazes”... Disse isso de mim! Aquilo foi um descabro! Eu sempre me dei muito bem com o pessoal, os militantes da anistia na maioria eram jovens, mas eu era quase como mãe deles, não tinha essa de lançar olhares! Quando os meus filhos viram aquilo, queriam ir a São Paulo dar uma surra nesse homem. Depois disseram: “Não, nós temos que fazer um processo.” Fizemos um processo, pedindo direito de resposta. Aí a *IstoÉ* teve que fazer uma outra matéria sobre o verão dos exilados, mais ou menos se retratando.

*Houve algum desdobramento do CBA?*

Houve. Quando nós começamos a luta pela anistia, os militares cassados não quiseram se juntar a nós, ficaram de fora do movimento por deliberação própria. Uma vez saindo a lei da anistia, os militares da repressão anistiarão os mais graduados, mas acharam que os de nível mais baixo — soldados, marinheiros, cabos, praças de pré, como eles chamam — não tinham direito à anistia porque tinham sido punidos por motivos políticos, sim, mas com base em regulamentos administrativos, como o regulamento disciplinar do Exército etc. Eram leis militares, que não tinham sido abrangidas pela anistia. Portanto, esse pessoal de nível mais baixo das forças armadas não foi anistiado, e depois se juntou numa organização chamada União Nacional não sei de quê, que até hoje existe. Até hoje eles não foram anistiados, coitados. É uma injustiça, mas também quem mandou eles não se juntarem a nós, não é?

Em 1980, os familiares dos mortos e desaparecidos na guerra do Araguaia organizaram uma expedição ao Araguaia, para procurar por sepulturas e restos mortais dos que tinham morrido lá. O CBA ainda existia, mais ou menos, e eles pediram que eu e Abigail fôssemos com eles. Nós fomos daqui até Belém, de Belém descemos para

Marabá e, realmente, achamos muitos túmulos lá. Havia várias povoações, mas o pessoal era extremamente medroso de falar qualquer coisa. A repressão já tinha estado lá antes de nós e tinha dito para eles que ia chegar lá um pessoal, os familiares dos guerrilheiros que tinham sido mortos, e que esse pessoal ia querer tirar desforra em cima deles, dos pobres coitados dos moradores. Eles ficaram com medo de nós e não falaram nada. Houve muita gente que levou gravador e só conseguiu uma declaração aqui e outra ali. Até foi conosco um advogado representando a Ordem dos Advogados de Belém do Pará, e esse advogado, Paulo Fontelis, fez um relatório da viagem, do que foi achado e dos poucos depoimentos que foram tomados. Esse relatório existe, está lá na Ordem dos Advogados. Paulo Fontelis foi morto pelas forças da direita.

*O governo federal, atualmente, tem pago indenizações às famílias de desaparecidos, criou uma comissão de direitos humanos... Como a senhora está vendo isso?*

Comissão de direitos humanos sempre houve e sempre haverá.

*Mas o governo criou uma Comissão Especial do Ministério da Justiça, está pagando indenizações, está reconhecendo que o Estado foi responsável por algumas mortes. Não é um avanço? O deputado Nilmário Miranda<sup>9</sup> tem um papel importante nisso.*

É. Fez um livro muito importante. A coisa está avançando. Agora, nada que é do governo Fernando Henrique me agrada. Já *in limine*, como dizem os advogados, eu fico com o pé atrás.

*As famílias dos mortos e desaparecidos ainda buscam hoje alguma relação com o movimento da anistia?*

---

<sup>9</sup> Nilmário Miranda aderiu à Polop após o golpe militar de 1964 e ficou preso de 1972 a 1975. Em 1979, foi um dos fundadores do PT. Em 1990 elegeu-se deputado federal nessa legenda e depois de empossado assumiu a presidência da Comissão Especial Externa dos Desaparecidos Políticos pós-1964, função que exerceria até 1994. Como presidente da Comissão de Direitos Humanos, apurou a descoberta de um centro de tortura e cemitério clandestino onde estariam enterrados os militantes do PC do B que tomaram parte na guerrilha do Araguaia. Após a aprovação de um projeto de indenização às famílias de desaparecidos durante o regime militar, lutou pela inclusão de mais 110 nomes de pessoas vitimadas pela ditadura, entre eles o de Carlos Lamarca. Em 1996, foi indicado representante do Congresso Nacional na comissão formada pelo Ministério da Justiça para avaliar os casos de indenização às famílias de desaparecidos políticos. Em 1999, juntamente com o jornalista Carlos Tibúrcio, publicou o livro *Dos filhos deste solo*, no qual conta a história de sua participação na comissão especial do Congresso que analisou a questão das vítimas da repressão política durante a ditadura militar. Ver *DHBB*, op. cit.



Não. O movimento da anistia morreu, a não ser por essa entidade dos militares de baixa patente. O “sucessor”, vamos dizer, do movimento pela anistia é o grupo Tortura Nunca Mais. Cecília Coimbra, que é a presidente, é ex–presa política, psicóloga, e faz um trabalho de tratamento dos afetados pela tortura. Não só dos torturados propriamente, como dos familiares.

## **Do PT ao MST**

*Como transcorreu sua vinculação ao PT, sua candidatura a deputada em 1982?*

O PT foi um rio que passou na minha vida. Foi uma grande esperança, embora eu achasse que um partido dos trabalhadores não podia contar com burgueses, tinha que ser dos trabalhadores. Mas aí me acusavam de obreirista. Entrei para o PT meio a reboque, e em 82 fui candidata a deputada federal. O pessoal achou que, como o movimento da anistia tinha se espalhado pelo Brasil inteiro, talvez eu pudesse ser eleita, mas qual! Não fui eleita, não.

Ultimamente eu estou muito contra o PT, porque o PT está muito ruim. Está querendo virar um partido como os outros, e não foi assim que nós fizemos o PT. Nós fizemos um partido que tinha vergonha na cara. Agora, esses novos, o pessoal da Articulação de São Paulo, eles não têm vergonha. Chamaram o Antônio Carlos Magalhães para fazer uma palestra! Fazem esse tipo de coisa. Fui à marcha dos sem-terra, e lá pelas tantas apareceram na marcha o Lula, o José Dirceu, o Tarso Genro, todos bem na frente, querendo tirar casquinha...

*A senhora está vinculada ao MST?<sup>10</sup>*

---

<sup>10</sup> O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) teve origem nos conflitos fundiários ocorridos no sul do Brasil no início dos anos 1980, resultantes do processo de modernização da agricultura, que criou grandes dificuldades para a reprodução de unidades de produção familiares. O movimento surgiu como um desdobramento da luta dos filhos de pequenos proprietários atingidos por esse processo, articulando-se com trabalhadores rurais de outras regiões do país. Foi institucionalizado em janeiro de 1984 e realizou seu primeiro congresso em janeiro de 1985 em Curitiba (PR). Sua estratégia na luta pela reforma agrária foi a ocupação de terras e a montagem de acampamentos. Propunha a reforma agrária sob o controle dos trabalhadores e a desapropriação de todas as propriedades de mais de 500 hectares. Contava com o apoio da Igreja Católica (em especial a Comissão Pastoral da Terra) e dos sindicatos. A luta dos sem terra colocou o tema da reforma agrária novamente em pauta, mas também suscitou a reação dos proprietários de terras, que criaram a União Democrática Ruralista (UDR). Muitos proprietários reagiram às ocupações com ações armadas, o que fez aumentar a violência no campo. A reação dos ruralistas a partir da derrota do Plano Nacional de Reforma Agrária, anunciado pelo governo

Minha vinculação é que eu trabalho para eles recolhendo roupas usadas entre pessoas amigas. Eu realmente acho o MST uma coisa fabulosa. Eles me deram o título, muito honroso para mim, de “Amiga do MST”.

---

Sarney, criou maiores dificuldades. A luta seguiu ao longo dos anos 1990, quando o MST conseguiu levar suas reivindicações à opinião pública e aumentou sua base social, atraindo assalariados rurais e trabalhadores das cidades que, atingidos pela crise, buscavam na luta pela terra alternativas para a sua sobrevivência. Após os assentamentos, o MST estimulava a gestão coletiva da produção, ao mesmo tempo que promovia a educação dos assentados. Ver *DHBB* op. cit.